do Gestor, à luz da própria Lex Fundamental de 1988; exonera o servidor **Antônio Roberto Rocha Moreira**, do cargo de provimento em comissão de Assessor, código CJ3-PJ, do Gabinete da Presidência deste Tribunal, a partir de 6 de fevereiro do corrente ano.

Nº 081, de 26.1.2015 – Considerando que a Administração Superior deste Tribunal de Justiça para o Biênio 2015/2017 será empossada no dia 6 de fevereiro do corrente ano; **considerando** que o provimento dos cargos em comissão, declarados de livre nomeação e exoneração, e previstos na Lei Complementar Estadual nº 258, de 29 de janeiro de 2013, dependem do critério de escolha do Gestor, à luz da própria Lex Fundamental de 1988; exonera o servidor **Josué Alexandre de Oliveira Júnior**, à disposição deste Poder, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete, código CJ3-PJ, da Presidência deste Tribunal, a partir de 6 de fevereiro do corrente ano.

Nº 082, de 26.1.2015 – Considerando que a Administração Superior deste Tribunal de Justiça para o Biênio 2015/2017 será empossada no dia 6 de fevereiro do corrente ano; **considerando** que o provimento dos cargos em comissão, declarados de livre nomeação e exoneração, e previstos na Lei Complementar Estadual nº 258, de 29 de janeiro de 2013, dependem do critério de escolha do Gestor, à luz da própria Lex Fundamental de 1988; exonera o servidor **Leonardo Carneiro Fontinele Alves**, à disposição deste Poder, do cargo de provimento em comissão de Assessor, código CJ3-PJ, do Gabinete da Presidência deste Tribunal, a partir de 6 de fevereiro do corrente ano.

Nº 083, de 26.1.2015 – Considerando que a Administração Superior deste Tribunal de Justiça para o Biênio 2015/2017 será empossada no dia 6 de fevereiro do corrente ano; **considerando** que o provimento dos cargos em comissão, declarados de livre nomeação e exoneração, e previstos na Lei Complementar Estadual nº 258, de 29 de janeiro de 2013, dependem do critério de escolha do Gestor, à luz da própria Lex Fundamental de 1988; exonera o servidor **Marco Antonio Oliveira da Silva**, do cargo de provimento em comissão de Assessor, código CJ3-PJ, do Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça, a partir de 6 de fevereiro do corrente ano.

Nº 084, de 26.1.2015 – Considerando que a Administração Superior deste Tribunal de Justiça para o Biênio 2015/2017 será empossada no dia 6 de fevereiro do corrente ano; **considerando** que o provimento dos cargos em comissão, declarados de livre nomeação e exoneração, e previstos na Lei Complementar Estadual nº 258, de 29 de janeiro de 2013, dependem do critério de escolha do Gestor, à luz da própria Lex Fundamental de 1988; exonera a servidora **Talita Menezes Maia**, à disposição deste Poder, do cargo de provimento em comissão de Assessor, código CJ3-PJ, do Gabinete da Presidência deste Tribunal, a partir de 6 de fevereiro do corrente ano.

Nº 085, de 26.1.2015 – Considerando que a Administração Superior deste Tribunal de Justiça para o Biênio 2015/2017 será empossada no dia 6 de fevereiro do corrente ano; **considerando** que o provimento dos cargos em comissão, declarados de livre nomeação e exoneração, e previstos na Lei Complementar Estadual nº 258, de 29 de janeiro de 2013, dependem do critério de escolha do Gestor, à luz da própria Lex Fundamental de 1988; exonera a servidora **Genezia Maria Vasconcelos Alexandrino**, do cargo de provimento em comissão de Gerente, código CJ4-PJ, da Diretoria de Informação Institucional deste Tribunal, a partir de 6 de fevereiro do corrente ano.

Nº 086, de 26.1.2015 – Considerando que a Administração Superior deste Tribunal de Justiça para o Biênio 2015/2017 será empossada no dia 6 de fevereiro do corrente ano; **considerando** que o provimento dos cargos em comissão, declarados de livre nomeação e exoneração, e previstos na Lei Complementar Estadual nº 258, de 29 de janeiro de 2013, dependem do critério de escolha do Gestor, à luz da própria Lex Fundamental de 1988; exonera a servidora **Ivanete de Mesquita Cordeiro**, do cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico, código CJ5-PJ, a partir de 6 de fevereiro do corrente ano.

Nº 087, de 26.1.2015 – Considerando que a Administração Superior deste Tribunal de Justiça para o Biênio 2015/2017 será empossada no dia 6 de fevereiro do corrente ano; **considerando** que o provimento dos cargos em comissão, declarados de livre nomeação e exoneração, e previstos na Lei Complementar Estadual nº 258, de 29 de janeiro de 2013, dependem do critério de escolha do Gestor, à luz da própria Lex Fundamental de 1988; exonera a servidora **Milena Mendonça Tomaz Feltrini**, do cargo de provimento em comissão de Assessor, código CJ6-PJ, a partir de 6 de fevereiro do corrente ano.

Classe: Processo Administrativo n. 0500989-96.2010.8.01.0000

Órgão: Presidência

Relator: Desembargador Roberto Barros

Requerente:: Diretoria Administrativa do Poder Judiciário

Objeto: Contrato de Fornecimento de energia do Fórum Barão de Rio Branco-Horossazonal- verde

DECISÃO

Diante das informações contidas nos autos e em acolhimento ao Parecer

ASJUR n.º 488/2014, AUTORIZO, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, a renovação do Contrato nº 72/2010, por meio do seu quarto termo de aditamento, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Acre e a Companhia de Eletricidade do Acre - Eletrobrás, inscrita no CPNJ sob o nº 04.065.033/0001-70, cujo valor total estimado é de R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais), pelo período de 12 (doze) meses. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Logística para a adoção das medidas necessárias.

Publique-se e cumpra-se.

Rio Branco/AC, 02 de janeiro de 2015

Desembargador **Roberto Barros**

Presidente

Classe: Processo Administrativo n. 0100341-45.2014.8.01.0000

Órgão: Presidência

Relator: Desembargador Roberto Barros

Requerente:: Gerência de Instalações

Objeto: Contratação. Reforma do Fórum Barão do Rio Branco.

DECISÃO

Acolho as manifestações de fl. 839 e fls. 1.080/1.083 e o adendo ao parecer ASJUR n. 481/2014, e, via de consequência, ANULO a decisão de fl. 855.

De outro norte, AUTORIZO, com fundamento no art. 65, inciso I, alínea "a" c/c §1º, as alterações qualitativas do objeto contratual, importando em acréscimo de R\$ 93.931,08 (noventa e três mil novecentos e trinta e um reais e oito centavos) e supressão de R\$ 245.755,45 (duzentos e quarenta e cinco mil setecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos). Com fundamento no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal c/c art. 65 da Lei nº 8.666/93 e art. 55 da Lei nº 9.784/99.

AUTORIZO o saneamento, mediante correções de inconsistência na planilha orçamentária, cujo resultado final importará no acréscimo de R\$ 17.586,20 (dezesete mil quinhentos e oitenta e seis reais e vinte centavos), e com fundamento no art. 57, §1º, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

E, por fim, AUTORIZO a prorrogação do prazo de execução contratual, por 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 17/12/2014.

As despesas decorrentes deste termo de aditamento correrão a conta de recursos do Poder Judiciário.

Encaminhem-se os autos à Diretoria de Logística para a adoção das medidas necessárias.

Publique-se e cumpra-se.

Rio Branco/AC, 27 de janeiro de 2015

Desembargador **Roberto Barros**

Presidente

Classe: Processo Administrativo n. 0100114-21.2015.8.01.0000

Órgão: Presidência

Relator: Desembargador Roberto Barros

Requerente:: Isabelle Sacramento Torturela

Objeto: Concessão de Ajuda de Custo para Mudança.

DECISÃO

[...]

Posto isso, é forçoso concluir que o magistrado em tela faz jus ao benefício pleiteado, nos termos do comando inserido no art. 70, § 3º, da Lei Complementar Estadual n.º 221, de 30 de dezembro de 2010, razão pela qual, hei por bem, deferi-lo, condicionando, porém, o seu efetivo pagamento à existência de prévia disponibilidade financeira.

À Diretoria de Gestão de Pessoas – DIPES, para adoção das providências cabíveis.

Ultimado o pagamento, arquivem-se os autos com a devida baixa e demais anotações de estilo.

Publique-se e cumpra-se.

Rio Branco/AC, 27 de janeiro de 2015

Desembargador Roberto Barros

Presidente

Referência: Processo Administrativo nº 0101348-72.2014.8.01.0000

Pregão Eletrônico SRP nº 55/2014

Objeto: Aquisição. Material de consumo.

Requerente: Gerência de Bens e Materiais

Requerido: Tribunal de Justiça do Estado do Acre

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após a sessão pública relativa ao PE nº 55/2014, de acordo com a Ata de

Realização (fls. 505-579), Resultado por Fornecedor (fl. 580-583) e Termo de Adjudicação (fls. 584-592), a Pregoeira do Tribunal de Justiça do Estado do Acre declarou vencedoras do certame licitatório, pelo critério de menor preço por item, as empresas CRIATIVA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.357.836/0001-36, com valor global de R\$ 23.780,00 (vinte e três mil, setecentos e oitenta reais) para os itens 16, 26, 30, 32 e 33, 39 e 40; DETONI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.549.356/0001-53, com valor global de R\$ 6.879,00 (seis mil oitocentos e setenta e nove reais) para os itens 17, 18, 43; M & R DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.001.135/0001-98, com valor global de R\$ 16.050,00 (dezesesseis mil e cinquenta reais) para os itens 1 a 12; RIO NEGRO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 12.911.227/0001-78, com valor global de R\$ 5.391,00 (cinco mil trezentos e noventa e um reais) para o item 41; SERV & MAQ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.981.327/0001-70, com valor global de R\$ 2.306,00 (dois mil trezentos e seis reais) para os itens 19, 20 e 44; COMERCIAL SPONCHIADO, inscrita no CNPJ sob o nº 13.338.681/0001-44, com valor global de R\$ 4.252,00 (quatro mil duzentos e cinquenta e dois reais) para os itens 27, 28, 29 e 31; BAX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.674.896/0001-50, com valor global de R\$ 6.475,94 (seis mil quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos) para os itens 13, 14, 21 a 24, 34 a 38; e E. S. DA COSTA FILHO, inscrita no CNPJ sob o nº 34.717.488/0001-94, com valor global de R\$ 2.938,50 (dois mil novecentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos) para os itens 15, 25 e 42.

Isso posto, considerando o que consta dos autos, acolho o Parecer ASJUR nº 436/2014 e HOMOLOGO a decisão apresentada.

À Diretoria de Logística para lançamento da homologação no sistema COM-PRASNET.

Após a assinatura da Ata, fica autorizada a aquisição dos materiais destinada a atender a demanda deste Poder, mediante procedimentos deliberados pela Diretoria de Logística, observando a utilização racional e as formas de controle dos recursos financeiros disponíveis.

Publique-se.

Rio Branco/AC, 27 de janeiro de 2015.

Des. **Roberto Barros**
Presidente

Classe: Processo Administrativo n. 0100101-22.2015.8.01.0000

Órgão: Presidência

Relator: Desembargador Roberto Barros

Requerente:: MARCOS RAFAEL MACIEL DE SOUZA

Objeto: Ajuda de Custo para Mudança.

DECISÃO

[...]

Posto isso, é forçoso concluir que o magistrado em tela faz jus ao benefício pleiteado, nos termos do comando inserto no art. 70, § 3º, da Lei Complementar Estadual n.º 221, de 30 de dezembro de 2010, razão pela qual, hei por bem, deferi-lo, condicionando, porém, o seu efetivo pagamento à existência de prévia disponibilidade financeira.

À Diretoria de Gestão de Pessoas – DIPES, para adoção das providências cabíveis.

Ultimado o pagamento, arquivem-se os autos com a devida baixa e demais anotações de estilo.

Publique-se e cumpra-se.

Rio Branco/AC, 27 de janeiro de 2015

Desembargador **Roberto Barros**
Presidente

Classe: Processo Administrativo n. 0100100-37.2015.8.01.0000

Órgão: Presidência

Relator: Desembargador Roberto Barros

Requerente:: Fábio Alexandre Costa de Farias

Objeto: Ajuda de Custo Para Mudança.

DECISÃO

[...]

Posto isso, é forçoso concluir que o magistrado em tela faz jus ao benefício pleiteado, nos termos do comando inserto no art. 70, § 3º, da Lei Complementar Estadual n.º 221, de 30 de dezembro de 2010, razão pela qual, hei por bem, deferi-lo, condicionando, porém, o seu efetivo pagamento à existência de prévia disponibilidade financeira.

À Diretoria de Gestão de Pessoas – DIPES, para adoção das providências cabíveis.

Ultimado o pagamento, arquivem-se os autos com a devida baixa e demais anotações de estilo.

Publique-se e cumpra-se.

Rio Branco/AC, 27 de janeiro de 2015

Desembargador **Roberto Barros**
Presidente

Classe: Processo Administrativo n. 0100090-90.2015.8.01.0000

Órgão: Presidência

Relator: Desembargador Roberto Barros

Requerente:: Guilherme Aparecido do Nascimento Fraga

Objeto: Concessão de Ajuda de Custo para Mudança.

DECISÃO

[...]

Posto isso, é forçoso concluir que o magistrado em tela faz jus ao benefício pleiteado, nos termos do comando inserto no art. 70, § 3º, da Lei Complementar Estadual n.º 221, de 30 de dezembro de 2010, razão pela qual, hei por bem, deferi-lo, condicionando, porém, o seu efetivo pagamento à existência de prévia disponibilidade financeira.

À Diretoria de Gestão de Pessoas – DIPES, para adoção das providências cabíveis.

Ultimado o pagamento, arquivem-se os autos com a devida baixa e demais anotações de estilo.

Publique-se e cumpra-se.

Rio Branco/AC, 27 de janeiro de 2015

Desembargador **Roberto Barros**
Presidente

Classe: Processo Administrativo n. 0100086-53.2015.8.01.0000

Órgão: Presidência

Relator: Desembargador Roberto Barros

Requerente:: Marlon Martins Machado

Objeto: Concessão de Ajuda de Custo para Mudança.

DECISÃO

[...]

Posto isso, é forçoso concluir que o magistrado em tela faz jus ao benefício pleiteado, nos termos do comando inserto no art. 70, § 3º, da Lei Complementar Estadual n.º 221, de 30 de dezembro de 2010, razão pela qual, hei por bem, deferi-lo, condicionando, porém, o seu efetivo pagamento à existência de prévia disponibilidade financeira.

À Diretoria de Gestão de Pessoas – DIPES, para adoção das providências cabíveis.

Ultimado o pagamento, arquivem-se os autos com a devida baixa e demais anotações de estilo.

Publique-se e cumpra-se.

Rio Branco/AC, 27 de janeiro de 2015

Desembargador **Roberto Barros**
Presidente

RESCISÃO DO TERMO DE ADESÃO Nº 050/2011

Processo nº 2008.002855-2

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, nesta cidade de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.034.872/0001-21, com sede no Centro Administrativo - Rodovia BR 364, Km 2, Rua Tribunal de Justiça - Via Verde, CEP nº 69.920-193 - Bairro Distrito Industrial, em Rio Branco, neste ato representado por seu Presidente Desembargador Roberto Barros, brasileiro, portador do RG nº 0243858 SSP/AC e CPF 588.540.962-53, denominado CONTRATANTE e de outro lado o senhor ANTONIO D'ESBERARD CAVALCANTE ROCHA NETO, portador do RG nº 144492 SSP/AC e CPF sob o nº 118.942.882-20, residente e domiciliado nesta cidade de Rio Branco, na Rua Senador Kairala, nº 515, Bairro Estação Experimental, CEP: 69.907-390, denominado COLABORADOR, cuja contratação deu-se nos autos do Processo Administrativo tipo P nº 2008.002855-2, DECIDEM de comum acordo pela RESCISÃO do TERMO DE ADESÃO Nº 050/2011.

Publique-se.

Desembargador **Roberto Barros**
Contratante

Antonio D'esberard Cavalcante Rocha Neto
Colaborador